



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO

Simulado Especial

TRF 6

**Cargo 23: Analista Judiciário -
Área Judiciária - Sem Especialidade
Pós-Edital**

Simulado

Simulado Especial TRF-6 (Analista Judiciário - Área Judiciária)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Judiciária do TRF-6**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/bP4Udcja1iMModPP6>

| | | | | | | | |
|---------|---------|---------|---------|---------|---------|----------|----------|
| 01 - CE | 16 - CE | 31 - CE | 46 - CE | 61 - CE | 76 - CE | 91 - CE | 106 - CE |
| 02 - CE | 17 - CE | 32 - CE | 47 - CE | 62 - CE | 77 - CE | 92 - CE | 107 - CE |
| 03 - CE | 18 - CE | 33 - CE | 48 - CE | 63 - CE | 78 - CE | 93 - CE | 108 - CE |
| 04 - CE | 19 - CE | 34 - CE | 49 - CE | 64 - CE | 79 - CE | 94 - CE | 109 - CE |
| 05 - CE | 20 - CE | 35 - CE | 50 - CE | 65 - CE | 80 - CE | 95 - CE | 110 - CE |
| 06 - CE | 21 - CE | 36 - CE | 51 - CE | 66 - CE | 81 - CE | 96 - CE | 111 - CE |
| 07 - CE | 22 - CE | 37 - CE | 52 - CE | 67 - CE | 82 - CE | 97 - CE | 112 - CE |
| 08 - CE | 23 - CE | 38 - CE | 53 - CE | 68 - CE | 83 - CE | 98 - CE | 113 - CE |
| 09 - CE | 24 - CE | 39 - CE | 54 - CE | 69 - CE | 84 - CE | 99 - CE | 114 - CE |
| 10 - CE | 25 - CE | 40 - CE | 55 - CE | 70 - CE | 85 - CE | 100 - CE | 115 - CE |
| 11 - CE | 26 - CE | 41 - CE | 56 - CE | 71 - CE | 86 - CE | 101 - CE | 116 - CE |
| 12 - CE | 27 - CE | 42 - CE | 57 - CE | 72 - CE | 87 - CE | 102 - CE | 117 - CE |
| 13 - CE | 28 - CE | 43 - CE | 58 - CE | 73 - CE | 88 - CE | 103 - CE | 118 - CE |
| 14 - CE | 29 - CE | 44 - CE | 59 - CE | 74 - CE | 89 - CE | 104 - CE | 119 - CE |
| 15 - CE | 30 - CE | 45 - CE | 60 - CE | 75 - CE | 90 - CE | 105 - CE | 120 - CE |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/EvAW>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo*

Texto I

No início dos anos 80, a humanidade teve que se adequar às novas posturas em nome de um mercado globalizado. Agora, acomoda-se aos critérios do mundo digitalizado para não se excluir da dança orquestrada pelos artífices da vida virtual. São regras e comportamentos assentados sem plebiscitos ou referendos. [...]

Deste modo, as pessoas adentram no universo da informática, em cujo seguimento, de forma instigadora, vende-se a ideia de facilitação, de encurtamento de distâncias, e de inclusão social [...]. No caminho desses trilhos virtuais se estabelecem dependências, e as pessoas, apesar dos inúmeros amigos em suas redes sociais, estão sozinhas ao final de cada acesso e bate-papos. Essas certificam pesarosas, enfim, que as telas de computadores ou de celulares não lhes proporcionam aquilo que apenas outro humano poderia ceder-lhes, a exemplo do calor e afeição.

No modus vivendi da pressa e do estresse, enquanto marco da nova era, abre-se o leque para temáticas que vão desde os meandros da informática até a implantação de chips em humanos, sem embargo das nuvens que condicionam informações digitais.

O diálogo, agora, se esvazia na perspectiva de humanos. Há um monólogo estabelecido com robôs ou inteligências artificiais, que vicejam superar homens, antes de servi-los, apesar da evidente colisão com o princípio da automação que recomenda que a máquina jamais supere humanos. Consta-se, todavia, que o contrário dessa premissa vai se assentando, na medida em que pais de família, superados por computadores, estão expostos na vala do desemprego. Nesse sentido, atesta-se a estruturação de uma sociedade de excluídos numa época que tanto se propugna por ações inclusivas. [...]

FILHO, Zilmar Wolney Aires. Fragmentos. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/10633/Rastros-de-uma-nova-era-inteligencias-artificiais-reproducoes-assistidas-vidas-virtuais-chips-na-pele-e-fisica-quantica>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

Em relação às ideias veiculadas no texto I, julgue os itens que se seguem.

01. Pelos objetivos do texto, percebe-se que o autor desenvolve sua argumentação por meio da refutação de opiniões alheias.

02. Infere-se das informações do texto que o mercado globalizado causou uma mudança na postura das pessoas nos anos 80.

03. O autor do texto considera as regras do mundo digital autoritárias.

04. De acordo com o texto, as tecnologias de informática promovem a noção de simplificação e redução de barreiras.

05. Segundo o texto, as únicas coisas que as máquinas não podem dar aos humanos são calor e afeição.

06. Conclui-se do texto que, quanto maior o número de amigos nas redes sociais, maior a chance de as pessoas se sentirem sozinhas.

07. De acordo com o texto, as máquinas nunca vão superar os humanos.

Julgue os itens a seguir, relativos à estruturação linguística do texto I.

08. No último parágrafo, no trecho “O diálogo, agora, se esvazia”, a próclise do pronome “se” justifica-se pela presença do vocábulo “agora”.

- 09.** O vocábulo “se”, no trecho do primeiro parágrafo “acomoda-se aos critérios”, é classificado como pronome indeterminador, isto é, serve para indeterminar o sujeito gramatical da forma verbal “acomoda”.
- 10.** No trecho “o contrário dessa premissa vai se assentando, na medida em que pais de família, superados por computadores, estão expostos” (último parágrafo), a expressão “na medida em que” poderia ser substituída, sem prejuízo para a correção gramatical e para os sentidos originais do texto, por “uma vez que”.
- 11.** Seriam preservados a correção gramatical e os sentidos do trecho do último parágrafo “época que tanto se propugna por ações inclusivas”, caso fosse substituída a forma verbal “propugna” por “luta”.
- 12.** No trecho “em cujo seguimento” (segundo parágrafo), o vocábulo “cujo” se refere a “pessoas”.
- 13.** A correção gramatical do trecho do segundo parágrafo — “No caminho desses trilhos virtuais se estabelecem dependências, e as pessoas, apesar dos inúmeros amigos em suas redes sociais, estão sozinhas” — seria mantida caso fosse eliminada a vírgula após “dependências”.
- 14.** No trecho do primeiro parágrafo, “dança orquestrada pelos artífices da vida virtual” a preposição “por”, em “pelos artífices” expressa circunstância de causa.
- 15.** No trecho do primeiro parágrafo “a humanidade teve que se adequar às novas posturas” é facultativo o emprego do sinal indicativo de crase no vocábulo “às”.
- 16.** Estariam preservadas a correção gramatical e a coerência do texto caso o segmento “estão expostos na vala do desemprego” (último parágrafo) fosse reescrito da seguinte forma: estão expostos à vala do desemprego.
- 17.** No trecho “Constata-se, todavia, que o contrário dessa premissa vai se assentando” (último parágrafo), o vocábulo “que” introduz uma oração que exerce a função de sujeito da oração anterior.
- 18.** No trecho do último parágrafo “colisão com o princípio da automação que recomenda...”, o pronome relativo “que” poderia ser substituído por “a qual”, sem prejuízo da correção e dos sentidos do texto.
- 19.** Os sentidos e a correção gramatical do trecho do último parágrafo “O diálogo, agora, se esvazia na perspectiva de humano” seriam preservados caso se deslocasse o vocábulo “agora” para o início do período, com os devidos ajustes de maiúsculas e minúsculas e de pontuação.
- 20.** Sem prejuízo da correção gramatical e dos sentidos textuais, a forma verbal “vicejam”, no trecho “Há um monólogo estabelecido com robôs ou inteligências artificiais, que vicejam superar homens” (último parágrafo) poderia ser flexionada no singular, em concordância com o termo “monólogo”.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Tiago Zanolla

COM BASE NA ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO, ANALISE AS QUESTÕES A SEGUIR:

21. Em uma palestra sobre ética e legislação no serviço público, o professor destacou que, enquanto a lei estabelece normas obrigatórias de conduta, a ética envolve princípios que, muitas vezes, vão além das obrigações legais. Ele explicou que é possível agir de forma legal, mas antiética, dependendo do contexto e das expectativas sociais.

Com base nessa afirmação, julgue o item:

No serviço público, a ética e a lei são conceitos que se sobrepõem completamente, de modo que todo comportamento ético é necessariamente legal, e todo comportamento legal é necessariamente ético.

22. No serviço público, a moralidade é um princípio constitucional que orienta o comportamento dos servidores públicos, exigindo que suas ações estejam sempre em conformidade com a ética, a probidade e a justiça. Esse princípio não é apenas uma expectativa, mas um dever que garante a confiança da sociedade no Estado e em seus agentes.

Com base nisso, julgue o item:

A moralidade administrativa é um valor essencial que impõe aos servidores públicos a conduta ética e proba, sendo indispensável para a construção de um Estado confiável e eficiente.

23. Durante um seminário sobre ética na gestão pública, foi discutido que, para que o setor público seja visto como ético, é essencial que todos os servidores adotem uma conduta íntegra, e que a eficiência por si só não é suficiente para definir a ética institucional. Mesmo que apenas alguns

servidores atuem de maneira antiética, isso pode prejudicar a imagem do órgão e comprometer a confiança pública.

Julgue o item:

Para que o setor público seja considerado ético, basta que uma parte dos servidores aja com ética, desde que o órgão alcance eficiência em suas atividades.

24. Durante uma auditoria interna, foi observado que um servidor público frequentemente desconsiderava ordens legais de seus superiores, alegando falta de tempo para verificar os detalhes e a aplicação prática dessas instruções. Em sua defesa, ele argumentou que a repetição de pequenos erros é algo comum no serviço público e não prejudica o desempenho geral de suas funções.

Com base no trecho apresentado, julgue o item:

A desatenção repetida do servidor em relação a ordens legais e o acúmulo de erros caracterizam imprudência no desempenho de sua função pública, podendo ser considerada uma conduta negligente.

25. Durante uma análise sobre a conduta ética no serviço público, o supervisor de um setor destacou que existem diversas condutas vedadas aos servidores, uma vez que podem comprometer a integridade do serviço prestado e afetar diretamente a confiança pública. Ele reforçou que o servidor deve evitar qualquer comportamento que prejudique outros servidores, cause danos aos cidadãos ou use o cargo para obter vantagens pessoais.

Com base nas proibições apresentadas, julgue o item:

É vedado ao servidor público usar o cargo para obter favorecimentos pessoais, prejudicar deliberadamente outros servidores ou cidadãos, ser conivente com erros de colegas e dificultar o exercício regular de direito de qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Herbert Almeida

Jorge é servidor público federal e ocupa cargo público efetivo. Ocorre que ele está sendo acusado de cometer ato de improbidade que atenta contra os princípios e crime contra a administração pública. Por essa razão, o Ministério Público instaurou inquérito para apurar os fatos e pretende ingressar com ação de improbidade e ação penal pelos mesmos fatos. Simultaneamente, a administração pública instaurou processo administrativo disciplinar, sendo que os autos já estão com a autoridade julgadora, com proposta de aplicação da pena de demissão.

Com base nessa situação hipotética e nos termos do disposto na Lei nº 8.112/1990, da Lei nº 8.429/1992 e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens a seguir.

26. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si, mas a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

27. O ex-servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por ter cometido ato de improbidade administrativa ficará incompatibilizado para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de cinco anos.

28. Em razão do ato de improbidade, nos casos em que a inobservância de formalidades legais ou regulamentares não implicar perda patrimonial efetiva, não ocorrerá imposição de ressarcimento.

29. Os atos de improbidade que atentam contra os princípios da administração dependem do reconhecimento da produção de danos ao erário e

do efetivo enriquecimento ilícito dos agentes públicos.

30. A nomeação de parentes por parte dos detentores de mandatos eletivos configura ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios, desde que haja dolo com finalidade ilícita por parte do agente responsável.

RACIOCÍNIO ANALÍTICO

Carlos Henrique

No último ano, um número recorde de novos empregos foi criado. Este ano trará um novo recorde? Bem, um novo emprego é criado em empresas já existentes ou pelo surgimento de novas empresas.

Dentre as empresas existentes, a taxa de novos empregos criados tem sido bem menor este ano do que no ano passado. Ao mesmo tempo, há evidência considerável de que o número de novas empresas abertas este ano não será maior do que no ano passado, e certamente **as empresas abertas neste ano não vão criar mais empregos por empresa do que aquelas abertas no ano passado**. Claramente, pode ser imaginado que **o número de novos empregos criados este ano será menor do que o recorde do ano passado**.

Com relação ao argumento acima e as duas partes em negrito, julgue os itens seguintes:

31. A primeira parte em negrito é uma premissa que, se verdadeira, forneceria suporte para a conclusão principal do argumento

32. A segunda parte em negrito é a conclusão

A respeito de argumentos (indutivo, dedutivo e abdução) julgue os itens seguintes:

33. Adotando-se o processo de inferência do tipo indutivo, usado em ciências experimentais, parte-se do particular para o geral, ou seja, a partir da observação de casos particulares, chega-se a uma conclusão que os transcende.

34. A afirmação O ouro conduz eletricidade porque é um metal constitui exemplo de argumento

Dedutivo válido.

35. O texto que se segue, produzido por um detetive durante uma investigação criminal, ilustra um raciocínio por indução. Ontem um jovem youtuber foi assassinado em sua casa. No momento do crime, havia um churrasco na casa da vítima e nela estavam presentes umas cem pessoas.

Dessas cem, sabe-se que cinco tinham algum tipo de problema com youtuber assassinado.

Assim, é plausível supor que o assassino esteja entre essas cinco pessoas.

36. No diálogo seguinte, a resposta de Joana é embasada em um raciocínio por abdução.

Paulo: Vamos jantar no restaurante Xique?

Joana: Melhor não. A comida desse restaurante não é muito boa. Li em um site de reclamações muitas pessoas dizendo que, após comerem nesse restaurante, passaram muito mal e tiveram de ir ao hospital. Além disso, conheço cinco amigos que comeram lá e foram parar no hospital.

Quando eu era criança, pensava que a felicidade só chegaria quando eu fosse adulto, ou seja, autônomo, respeitado e reconhecido pelos outros como dono do meu nariz. Contrariando essa minha previsão, alguns adultos me diziam que eu precisava aproveitar bastante minha infância para

ser feliz, pois, uma vez chegado à idade adulta, eu constataria que a vida era feita de obrigações, renúncias, decepções e duro labor.

Cheguei à conclusão de que, ao longo da vida, nossa ideia da felicidade muda: quando a gente é criança ou adolescente, a felicidade é algo que será possível na idade adulta; quando a gente é adulto, a felicidade é algo que já se foi: a lembrança idealizada (e falsa) da infância e da adolescência como épocas felizes. A felicidade é uma quimera que seria sempre própria de uma outra época da vida – que ainda não chegou ou

que já passou.

A partir do texto, julgue os itens seguintes:

37. Deduz-se que os adultos que contrariaram a ideia de felicidade manifestada pelo autor quando criança tiveram, eles próprios, uma vida adulta marcada por decepções e renúncias aos projetos forjados na infância.

38. É conclusão do autor que a felicidade é uma utopia, uma vez que se tem a ilusão de que ela está sempre fora de alcance, ora no passado, ora no futuro.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS E DE ACESSIBILIDADE

Géssica Ehle

39. Tendo como referência o Estatuto da Pessoa com Deficiência, julgue o item que se segue.

Uma pessoa com Deficiência poderá receber extratos e cobranças de tributos de forma acessível, ainda que não solicite.

40. Julgue o item subsequente, à luz do disposto no Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Uma pessoa com deficiência oculta poderá gozar dos seus direitos, ainda que ela não esteja utilizando o símbolo nacional criado para a identificação de pessoas com esse tipo de deficiência.

41. A Declaração Universal dos Direitos Humanos consagra expressamente que toda pessoa tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro e fora das fronteiras de cada Estado.

42. De acordo com os principais marcos históricos da afirmação dos Direitos Humanos, aquele que é reconhecido como principal instrumento da nova fase de internacionalização de tais direitos é a Magna Carta de 1215.

43. Sobre as dimensões de direitos humanos, aquela que previu a afirmação dos direitos econômicos, sociais e culturais, como o direito à saúde e à educação, foi chamada de segunda dimensão e foi marcada pelo lema da solidariedade.

44. Os direitos humanos são imprescritíveis, não prescrevem com o decurso do tempo, sendo exigida sua tutela mesmo anos após a ocorrência da violação.

45. A aprovação pelo Congresso Nacional, por meio de Decreto Legislativo, marca a vinculação do Estado brasileiro.

REGIMENTO INTERNO

Tiago Zanolla

DE ACORDO COM O REGIMENTO INTERNO DO TRF-6, ANALISE AS QUESTÕES A SEGUIR:

46. Os membros do Conselho de Administração do TRF6 são exclusivamente eleitos pelo Plenário, incluindo o Presidente, Vice-Presidente, Corregedor-Geral, Coordenador Geral de Projetos e os integrantes mais antigos do Tribunal.

47. A 2ª Seção é especializada em matéria de previdência social e benefícios assistenciais, matéria penal, de improbidade administrativa, de servidores públicos e concursos públicos, competindo-lhe o processo e julgamento dos feitos relativos à matéria penal em geral.

48. Quando a Corregedoria Regional do TRF6 delega a um Juiz Federal a realização de inspeções ou correições, a decisão final sobre os resultados dessas atividades passa a ser do Juiz designado.

49. Nas sessões presenciais do TRF6, a Presidência se posiciona no centro da mesa de julgamento, com o Procurador Regional da República à sua direita, enquanto os demais integrantes ocupam os lugares laterais de acordo com a ordem de antiguidade, alternadamente, a começar pela direita da Presidência.

50. Durante um julgamento no TRF6, uma advogada que adotou recentemente solicita preferência para a sustentação oral, mas é informada que apenas advogadas que deram à luz têm esse direito prioritário, não sendo estendido a adotantes.

Julgue o item:

Advogadas que adotaram há menos de 180 dias não possuem preferência para sustentação oral no TRF6, sendo esse direito exclusivo para as que deram à luz recentemente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

Tomando por base os preceitos normativos e jurisprudenciais sobre Proteção de Dados, Licitações e agentes públicos, julgue os itens a seguir.

51. No exercício do poder de polícia, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) pode aplicar sanções em decorrência de infrações à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), incluindo a multa simples, de até 2% do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R\$ 50.000.000,00 por infração.

52. Cada órgão ou entidade divulgará, em sítio à disposição na internet e destinado à veiculação de dados e informações administrativas, extrato com a lista de informações classificadas, acompanhadas da data, do grau de sigilo e dos fundamentos da classificação.

53. Empresas públicas em regime concorrencial têm o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados concursados, não se exigindo processo administrativo, motivação que deve conter fundamento razoável, não se exigindo enquadramento na justa causa trabalhista.

54. Denomina-se pré-qualificação o processo seletivo prévio à licitação, convocado por meio de edital, destinado à análise das condições de habilitação dos interessados ou do objeto.

55. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, será possível a adoção de disputa final, como critério de desempate, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta.

56. Ao se detectar infração grave praticada por servidor público federal, enquadrada no art. 132 da Lei 8.112/1990 como punível com pena de demissão, após a devida apuração dos fatos, a autoridade administrativa não dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa da demissão.

57. Por imposição dos princípios do devido processo legal e do juiz natural, a alteração da capitulação legal da conduta do servidor enseja a nulidade do processo administrativo disciplinar.

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

Quanto ao poder constituinte e ao controle de constitucionalidade, julgue os itens a seguir:

58. A arguição de descumprimento de preceito fundamental é o instrumento processual adequado para se questionar a compatibilidade de lei pré-constitucional com a Constituição de 1988.

59. Para que uma norma pré-constitucional seja recepcionada, exige-se sua compatibilidade formal e material com a nova Constituição.

60. A doutrina majoritária e a jurisprudência predominante no Brasil admitem a figura da chamada “dupla revisão”.

61. Cabe reclamação para garantir a autoridade de decisão proferida pelo STF, porém, apenas se esgotados os recursos nas instâncias ordinárias, ainda que haja risco de perecimento iminente do direito.

Sobre a Organização do Estado e dos Poderes, julgue os itens a seguir:

62. De acordo com a jurisprudência do STF, é inconstitucional a atribuição do chamado “bônus regional”, por meio do qual se atribui adicional em nota de vestibular de acordo com o local de residência do candidato.

63. Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os conflitos entre entes federativos, ou entre estes e o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, relacionados ao Imposto sobre Bens e Serviços ou à Contribuição sobre Bens e Serviços.

64. Dado que é competência comum cuidar da saúde, as ações envolvendo pedido de fornecimento de medicamento no âmbito do SUS podem ser ajuizadas indistintamente contra qualquer ente federativo, independentemente do valor ou de eventual incorporação ou não à lista de medicamentos de fornecimento obrigatório.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

65. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro determina que, salvo disposição em contrário, a lei entra em vigor em todo o território nacional 45 dias após sua publicação oficial, aplicando-se esse mesmo prazo para a vigência da norma em Estados estrangeiros.

66. De acordo com o Código Civil, o nascituro é considerado uma pessoa para todos os efeitos jurídicos, adquirindo personalidade desde o momento da concepção.

67. Segundo o Código Civil, a emancipação do menor por concessão dos pais é irrevogável e pode ser realizada por instrumento público, sem a necessidade de homologação judicial, desde que o menor tenha pelo menos 16 anos.

68. A personalidade jurídica das pessoas jurídicas de direito privado surge a partir de sua constituição formal, sendo necessária a inscrição de seus atos constitutivos no registro competente, conforme o tipo societário.

69. Quando a pessoa natural possui diversas residências, considera-se seu domicílio o lugar onde for encontrada, sem a necessidade de especificar uma residência principal.

70. Os bens públicos de uso comum do povo, como praças e ruas, são alienáveis, desde que o Estado assim o determine.

71. A classificação dos bens em fungíveis e infungíveis aplica-se apenas aos bens móveis, pois todos os bens imóveis são considerados infungíveis.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

72. Com base nas disposições do Código de Processo Civil sobre a competência, julgue o item seguinte.

O juízo federal restituirá os autos ao juízo estadual sem suscitar conflito se o ente federal cuja presença ensejou a remessa for excluído do processo.

73. Acerca das disposições do Código de Processo Civil sobre a advocacia pública, julgue o item subsequente.

A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da publicação no diário eletrônico.

74. Julgue o item subsequente, considerando as disposições do Código de Processo Civil relativas à produção antecipada de prova.

O juízo estadual tem competência para produção antecipada de prova requerida em face da União, de entidade autárquica ou de empresa pública federal se, na localidade, não houver vara federal.

75. Com base no entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), julgue o item a seguir.

As normas que impedem a arrematação por preço vil são aplicáveis à execução extrajudicial de imóvel alienado fiduciariamente.

76. Com base no entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), julgue o item a seguir.

Para fins de indisponibilidade de bens, há solidariedade entre os corréus da Ação de Improbidade Administrativa, de modo que a constrição deve recair sobre os bens de todos eles, com divisão em quota-parte.

77. Julgue o próximo item, referente ao recurso de agravo de instrumento.

O relator solicitará dia para julgamento em prazo não superior a 1 (um) mês da intimação do agravado.

78. Com base nas disposições da lei 10.259/2001, julgue o item seguinte.

Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, ressalvada a interposição de recursos,

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

79. Referente à aplicação da lei penal, julgue o item a seguir.

A Lei penal temporária, ainda que fora da sua vigência, é aplicável aos fatos que foram cometidos durante o seu período de duração.

80. Em relação aos princípios que regem a aplicação da lei penal, julgue o item a seguir.

O princípio da legalidade e o princípio da anterioridade da lei penal estão expressamente definidos no artigo 1º do Código Penal que assim dispõe: “no enunciado “não há crime sem lei anterior que o defina, não há pena sem prévia cominação legal”.

81. No que diz respeito ao crime consumado e tentado no Direito Penal, julgue o próximo item.

Pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços, salvo disposição em contrário.

82. Acerca da imputabilidade penal e das excludentes de ilicitude, julgue o item.

O agente que estiver amparado pela legítima defesa não responderá pelo excesso culposo, respondendo apenas se o excesso for doloso.

83. A ausência de suspensão ou revogação do livramento condicional antes do término do período de prova não enseja a extinção da punibilidade pelo integral cumprimento da pena.

84. Em relação aos crimes contra o patrimônio, analise a assertiva abaixo.

O crime de furto com emprego de explosivos é hediondo, enquanto o de roubo com emprego de explosivos não faz parte desse rol.

85. Com relação aos crimes em espécie, julgue o item que se segue.

Nos crimes assimilados ao de moeda falsa, o máximo da reclusão é elevado a doze anos e multa, se o crime for cometido por funcionário que trabalha na repartição onde o dinheiro se achava recolhido, ou nela tem fácil ingresso, em razão do cargo.

LEGISLAÇÃO PENAL

Antônio Pequeno

86. Julgue o item abaixo de acordo com a Lei de Abuso de Autoridade:

As condutas descritas nesta Lei constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal.

87. De acordo com a Lei nº 9.455/1997 (e suas alterações), que define os crimes de tortura, julgue o item

Na mesma pena do delito de tortura incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.

88. Segundo a Lei nº 8.072/1990, com suas alterações, é considerado hediondo o seguinte crime, consumado ou tentado:

O favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual

89. De acordo com o Estatuto do Desarmamento, compete ao Ministério da Justiça a autorização do porte de arma para os responsáveis pela segurança de cidadãos estrangeiros em visita ou sediados no Brasil e, ao Comando do Exército, nos termos do regulamento desta Lei, o registro e a concessão de porte de trânsito de arma de fogo para colecionadores, atiradores e caçadores e de representantes estrangeiros em competição internacional oficial de tiro realizada no território nacional.

90. Julgue o item abaixo de acordo com a Lei nº 12850/2013.

O emprego de arma de fogo pela organização justifica o aumento de pena em até a metade, mas a participação de adolescente não influi na pena do crime de constituir organização criminosa.

91. A Lei nº 14.532, de 2023, altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 e prevê reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa, para a pessoa que injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de xenofobia, religião ou etnia.

Referente à Lei 10741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), julgue o item abaixo:

92. Aos crimes previstos nesta Lei, cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse 2 (dois) anos, aplica-se o procedimento previsto na Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, e, subsidiariamente, no que couber, as disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

93. Sobre o inquérito policial, julgue o item a seguir:

A inobservância do prazo previsto em lei para conclusão do inquérito policial com indiciado preso não implica a revogação automática da prisão preventiva, devendo o juízo competente ser instado a avaliar os motivos que a ensejaram.

94. Sobre a figura do Juiz das Garantias, julgue o item a seguir:

As normas relativas ao juiz das garantias são aplicáveis aos processos de competência originária dos tribunais.

95. Situação hipotética: Beatriz foi vítima de crime de ação penal privada, em tese praticado por Bernardo. 07 meses após o fato, mas apenas 03 meses após descobrir ter sido Bernardo o autor do crime, Beatriz ofereceu queixa-crime em desfavor do infrator. Durante a tramitação da referida ação penal, porém, Beatriz ofereceu o perdão ao querelado, mediante manifestação expressa nos autos do processo.

Assertiva: Nesse caso, embora não tenha havido decadência, o perdão oferecido por Beatriz ao querelado somente gerará extinção da punibilidade caso aceito pelo réu.

96. Situação hipotética: Leonardo e Daniel, passageiros de um voo que partia do aeroporto de Belo Horizonte-MG com destino ao aeroporto de Buenos Aires-ARG, discutiram por conta de um assento no avião, quando a aeronave ainda estava em solo. A discussão tomou proporções maiores e Leonardo acabou por desferir um forte soco no rosto de Daniel, causando-lhe lesão corporal gravíssima.

Assertiva: Nesse caso, a competência para julgar o crime praticado será da Justiça Federal de Belo Horizonte-MG.

97. Acerca da prisão preventiva, julgue o item a seguir:

O prazo nonagesimal previsto para a reavaliação periódica da prisão preventiva é considerado peremptório, em respeito ao princípio da dignidade humana, bem como ao da presunção de não culpabilidade.

98. Acerca do tema de provas, julgue o item a seguir:

O standard probatório exigido para a condenação é baseado em juízo de certeza que exclua qualquer dúvida razoável quanto à autoria delitiva, enquanto a justa causa para o oferecimento da denúncia, a seu turno, é baseada em um juízo de probabilidade de que o acusado seja o autor ou partícipe do delito.

99. Acerca do *habeas corpus*, julgue o item a seguir:

Os Juízes e Tribunais, ainda que verifiquem a existência de coação ilegal, não podem conceder de ofício ordem de habeas corpus.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fábio Dutra

100. O município X instituiu, por lei, a cobrança de taxa pela coleta de lixo residencial, calculada com base na área construída do imóvel. Maria, proprietária de uma pequena residência, considera a cobrança inconstitucional.

Considerando a situação apresentada, julgue o item a seguir.

A cobrança de taxa de coleta de lixo residencial é constitucional, desde que não utilize base de cálculo própria de imposto.

101. Os Municípios podem instituir contribuição para o custeio da iluminação pública, inclusive cobrando-a na fatura de consumo de energia elétrica.

102. A Constituição Federal admite que a União institua empréstimos compulsórios para atender a despesas ordinárias decorrentes de programas sociais.

103. De acordo com o Código Tributário Nacional, o lançamento tributário é um procedimento discricionário da autoridade administrativa, que pode decidir se realiza ou não o lançamento de determinado tributo. Ou seja, é um procedimento que comporta a análise de oportunidade e conveniência, para a sua realização.

104. De acordo com o Código Tributário Nacional, o sujeito passivo da obrigação principal diz-se responsável quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorre de disposição expressa de lei.

105. Julgue o item a seguir.

A isenção tributária exclui o crédito tributário e dispensa o cumprimento das obrigações acessórias.

106. Julgue o item a seguir, considerando as regras constitucionais: A União pode instituir impostos que não sejam uniformes em todo o território nacional, desde que tal medida beneficie também o Distrito Federal.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Rubens Maurício

107. Eugênio, que contribui para o RGPS na condição de empregado doméstico há 18 anos ininterruptos, recentemente completou 65 anos de idade. Nessa situação, Eugênio tem direito de se aposentar, cujo valor do benefício será equivalente a 91% do seu salário de benefício.

108. Com relação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, são considerados segurados empregados o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa, bem como o trabalhador intermitente.

109. Suponha-se que, para complementar a renda familiar, Josephina, servidora pública federal, exerça eventualmente, nas horas vagas, atividade como professora particular de italiano. Nessa situação hipotética, na condição de professora, Josephina é considerada segurada facultativa do RGPS.

110. Quanto aos dependentes do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, julgue o item a seguir.

É beneficiário do RGPS, na condição de dependente do segurado, o filho não emancipado, de qualquer condição, que tenha 23 anos, 11 meses e 30 dias de idade, independentemente de qualquer invalidez ou deficiência, caso seja estudante universitário.

111. Acerca do conceito previdenciário dos segurados do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, podemos afirmar que empregado doméstico é aquele que presta serviço de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividade sem fins lucrativos, por dois ou mais dias por semana.

112. Suponha que um contador tenha contratado uma funcionária para exercer funções tipicamente domésticas em seu escritório de contabilidade, limpando diariamente o local, lavando louça, fazendo café e tirando pó dos móveis. Nesse caso hipotético, para efeito previdenciário, o referido contratante não é considerado empregador doméstico.

113. A respeito do financiamento da seguridade social, podemos afirmar que a parcela recebida a título de vale-transporte e de auxílio-alimentação, pagos em dinheiro, deverão respectivamente não integrar e integrar o salário de contribuição, nos termos da legislação.

DIREITO AMBIENTAL

André Rocha

No Brasil, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Sobre Direito Ambiental Constitucional, julgue os itens 114 e 115.

114. Compete privativamente à União legislar sobre águas, jazidas e populações indígenas.

115. A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Cerrado e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

O licenciamento ambiental é o procedimento administrativo destinado a licenciar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.

Sobre licenciamento ambiental, EIA/RIMA e a Resolução Conama nº 237/1997, julgue os itens 116 e 117.

116. Caso haja interesse para construção de uma indústria de alumínio em um parque estadual, o órgão licenciador será o próprio Estado.

117. Embora o licenciamento ambiental seja geralmente trifásico, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) pode definir licenças ambientais específicas, observadas a natureza, características e peculiaridades da atividade ou empreendimento.

Quem, de qualquer forma, concorre para a prática de crimes ambientais, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

Sobre responsabilidade ambiental, julgue os itens 118 e 119.

118. A perícia produzida no inquérito civil ou no juízo cível pode ser aproveitada no processo penal.

119. Prescreve em cinco anos a pretensão de reparação civil de danos contra o meio ambiente, contada da data da prática do ato, ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que esta tiver cessado.

120. Julgue o item a seguir sobre espaços territoriais especialmente protegidos.

Numa reserva legal, só se admite o uso indireto dos recursos naturais.

Discursiva

Em contratação de obra pública, o contratado comprometeu-se a cumprir o cronograma físico-financeiro de 24 (vinte e quatro) meses de execução da obra, de acordo com as regras pré-estabelecidas no Edital. O contrato vigeria por 30 (trinta) meses.

No curso da execução, observou-se substancial atraso no cronograma físico-financeiro por culpa do contratado, o que causou danos e ocasionou a decisão da Administração Pública de extinção contratual por inadimplemento, de forma unilateral.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, responda:

- a)** em qual(is) hipótese(s) é(são) permitida(s) a extinção unilateral de um contrato administrativo firmado pela Administração Pública, de acordo com o caso concreto relatado na questão?
- b)** quais são as consequências jurídicas para a empresa que teve seu contrato extinto?
- c)** quais são as providências que a Administração Pública deve adotar, com relação aos prejuízos causados, após a extinção do contrato firmado?
- d)** quais são as opções da Administração Pública para dar continuidade à obra, após a extinção do contrato firmado?

Folha de Resposta

| | |
|----|--|
| 01 | |
| 02 | |
| 03 | |
| 04 | |
| 05 | |
| 06 | |
| 07 | |
| 08 | |
| 09 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |

Folha de Resposta

| | |
|----|--|
| 31 | |
| 32 | |
| 33 | |
| 34 | |
| 35 | |
| 36 | |
| 37 | |
| 38 | |
| 39 | |
| 40 | |
| 41 | |
| 42 | |
| 43 | |
| 44 | |
| 45 | |
| 46 | |
| 47 | |
| 48 | |
| 49 | |
| 50 | |
| 51 | |
| 52 | |
| 53 | |
| 54 | |
| 55 | |
| 56 | |
| 57 | |
| 58 | |
| 59 | |
| 60 | |

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
